



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

PARECER CONTRÁRIO Nº 2789/2022  
REFERÊNCIA: PROJETO DE LEI - PROCESSO N. 1769/2022  
RELATOR: DOMINGOS PROTETOR

Ementa: DISPÕE SOBRE A  
ALTERAÇÃO DOS INCISOS II E III DO  
ART 4º DA LEI 5.763 DE 12/01/2001.

**I - RELATÓRIO:**

Trata-se de Projeto de Lei (Processo n.º 1769/2022), apresentado pela nobre Vereadora Gilda Beatriz, que “dispõe sobre a alteração dos incisos II e III do art. 4.º da Lei n.º 5.763, de 12/01/2001”.

O referido Projeto de Lei foi devidamente encaminhado a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação para a verificação de sua constitucionalidade e legalidade, tendo sido definido como Relator o Vereador Domingos Protetor.

É o relatório. Passa-se a opinar.

**II – FUNDAMENTAÇÃO:**

O presente Projeto de Lei tem por fim dispor sobre a alteração dos incisos II e III do art. 4.º da Lei n.º 5.763, de 12/01/2001.

A Autora do Projeto de Lei justifica que:

*“(…) A presente alteração tem a finalidade de majorar os valores relativos às multas pelo descumprimento do tempo de espera no atendimento bancário, pois os incisos que estão vigorando a esse respeito estão completamente desatualizados, com isso, não atendendo a função punitiva da lei pela sua violação. (...)”*

De início, cumpre observar que a Lei Municipal n.º 5.763, de 12/01/2001, objeto da presente Proposição Legislativa, obriga as agências bancárias, no âmbito do Município de Petrópolis, a colocar à disposição dos usuários, pessoal suficiente no setor de caixas, para que o atendimento seja efetivado em tempo razoável que, em seus termos, é de “no máximo até 15 (quinze) minutos em dias normais e de 30 (trinta) minutos em vésperas de feriados ou após feriados prolongados” (art. 2.º, caput).

Ressalte-se que, para o descumprimento do tempo de atendimento mencionado, a referida Lei Municipal, em seu art. 4.º, incisos I a IV, prevê as seguintes sanções administrativas:

**“Art. 4º O não-cumprimento das disposições da presente Lei sujeitará o infrator as seguintes punições:**

**I – Advertência;**

**II - Multa de 200 (duzentas) UFPE;**

**III - Multa de 400 (quatrocentas) UFPE, até a 5ª (quinta) reincidência;**

**IV - Suspensão do alvará de funcionamento, após a 5ª (quinta) reincidência.”**

Para que se compreenda melhor a gravidade da conduta descrita acima, note-se que, de acordo com a Lei Municipal n.º 8.211/2021, em seu art. 1.º, §2.º, 01 (uma) UFPE (Unidade Fiscal de Petrópolis) equivale, no exercício fiscal de 2022, a R\$159,47 (cento e cinquenta e nove reais e quarenta e sete centavos).

Neste sentido, as multas previstas nos incisos II e III da Lei Municipal n.º 5.763, de 12/01/2001 correspondem, respectivamente, a **R\$31.894,00** (trinta e um mil, oitocentos e noventa e quatro reais) e

Página: 1

**R\$63.788,00** (sessenta e três mil, setecentos e oitenta e oito reais), esta última a partir da 5.<sup>a</sup> reincidência, **o que parece bastante razoável e suficiente para punir a referida infração.**

Por outro lado, pretende a ilustre Vereadora Gilda Beatriz, a partir do presente Projeto de Lei, majorar as supracitadas multas, respectivamente, para **2.000 (duas mil) UFPE's** e **4.000 (quatro mil) UFPE's**, o que corresponde, atualmente a, **R\$318.940,00** (trezentos e dezoito mil, novecentos e quarenta reais) e **R\$637.880,00** (seiscentos e trinta e sete mil, oitocentos e oitenta reais).

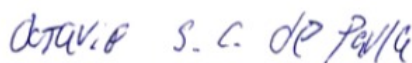
*Data maxima venia*, entende este Vereador que as multas estabelecidas na legislação municipal em vigor estão cumprindo perfeitamente a sua função inibitória e punitiva, razão pela qual a majoração proposta fere o princípio da razoabilidade e proporcionalidade.

Desta forma, embora importante a preocupação da Ilustre Vereadora Gilda Beatriz em propor o presente Projeto de Lei, não se afigura possível seu trâmite, visto que o mesmo não se encontra em consonância com a Constituição Federal e, nos termos do Regimento Interno desta Câmara de Vereadores, não se apresenta conveniente e oportuno para o momento.

### III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, nos termos do art. 35, I, “a” e “j” do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis, manifesta-se, **DESAVORAVELMENTE**, à tramitação do **Projeto de Lei nº 1769/2022**.

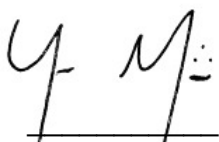
Sala das Comissões em 02 de Setembro de 2022



OCTAVIO SAMPAIO  
Vice - Presidente



DOMINGOS PROTETOR  
Vogal



YURI MOURA  
Vogal